



JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

8ª edição: Revista, atualizada e ampliada

DAVI ANDRÉ COSTA SILVA



”

Nessa obra, abordaremos os principais **aspectos penais e processuais** da **Lei dos Juizados Especiais Criminais**. Trata-se de legislação que afeta muitos institutos penais e, por isso, de reconhecida importância.

“

Sumário

Capítulo I - Disposições Gerais	07
1. Evolução legislativa	07
2. Previsão constitucional dos Juizados Especiais	07
3. Segunda velocidade	07
4. Critérios (princípios) informadores do JECrim.....	07
5. Objetivos do JECrim	07
6. Classificação dos crimes com base no montante da pena cominada em abstrato	08
Capítulo II - Juizados Especiais Cíveis	08
Capítulo III - Juizados Especiais Criminais	08
Seção I - Disposições Gerais.....	08
1. Esclarecimento inicial	08
2. Conceito de infração de menor potencial ofensivo (IMPO) – evolução legislativa.....	08
3. A questão da alegada ampliação do conceito de IMPO pelo Estatuto da Pessoa Idosa (L. 10.741/2003)	09
4. Da [in]compatibilidade com as penalidades do Código de Trânsito	09
5. A questão da [im]possibilidade de correção da capitulação no momento do recebimento da denúncia	09
6. O reflexo das causas de aumento e diminuição e do concurso de crimes na fixação da competência material do JECrim	10
Seção II - Da Competência e dos Atos Processuais.....	10
Subseção I - Critério territorial	10
1. Regra específica	10
2. Distinção da regra geral	10
3. Tentativa de identificação de teoria	10
Subseção II - Competência do Juizado Especial Federal Criminal	11
1. Esclarecimento inicial.....	11
2. Competência do JEF.....	11
Subseção III - Causas de exclusão “ab initio” da competência do JECrim	11
1. Autor do fato com foro por prerrogativa de função	11
2. Conexão e continência	12
3. Crimes militares	12
4. Crimes com violência doméstica e familiar contra a mulher	12
5. Crimes com violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente	12
6. Crimes praticados com violência contra a pessoa idosa	12
7. Crimes eleitorais	13
Subseção IV - Causas de modificação da competência do JECrim	13
1. Citação por edital	13
2. Complexidade do fato.....	13
Subseção V - Atos processuais	13
1. Princípio da publicidade	13
2. Horário de funcionamento do JECrim	13
3. Nulidades	14
4. Citação	14
5. Intimação	14
6. Indispensabilidade de defesa técnica	15
Seção III - Da Fase Preliminar	15
Subseção I - Atuação policial.....	15
1. Conceito de termo circunstanciado (TC)	15
2. Atribuição para a lavratura do termo circunstanciado	15
3. Autor do fato	17
4. Possibilidades em caso de estado flagrancial	17
5. Violência doméstica.....	19
6. Arquivamento do termo circunstanciado	19

Subseção II - Audiência preliminar	19
1. Impossibilidade de realização imediata da audiência preliminar	19
2. Frustração da audiência pela ausência dos envolvidos	19
3. Realização da audiência preliminar	19
4. Condução da conciliação	19
Subseção III - Medidas Descarcerizadoras	20
Tópico 1 - Composição civil	21
1. Conceito	21
2. Extensão do acordo	21
3. Condução e homologação	21
4. Natureza jurídica e execução	21
5. Consequências jurídicas do acordo homologado	21
6. Prescrição e decadência	22
7. Período depurador (carência)	22
8. Vários autores da IMPO	22
9. Desinteresse da vítima	22
10. Recurso	22
11. Tentativa fracassada de composição civil e a representação	22
Tópico 2 - Transação penal	23
1. Fundamento constitucional	23
2. Conceito	23
3. Cabimento e legitimados	23
4. Preferência da transação penal	23
5. Extensão da proposta	24
6. Pressupostos (requisitos) legais	24
6.1 Infração de menor potencial ofensivo	24
6.2 Não ser caso de arquivamento do termo circunstanciado	25
6.3 Não ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime, à pena privativa de liberdade, por sentença definitiva	25
6.4 Não ter sido o agente beneficiado anteriormente, no prazo de cinco anos, pela transação penal	25
6.5 Antecedentes, conduta social, personalidade do agente, bem como os motivos e circunstâncias do delito favoráveis ao agente	25
6.6 Transação penal nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo	25
7. Procedimento para o oferecimento da proposta de transação penal	26
7.1 Proposta	26
7.2 Recusa injustificada de oferecimento da transação penal	26
7.3 Forma	26
7.4 Momento	26
7.5 Aceitação	27
7.6 Homologação	27
7.7 Redução da pena de multa	27
7.8 Efeitos	27
7.9 Recusa do benefício	27
8. Princípios orientadores específicos	27
9. Natureza jurídica da sentença	27
10. Descumprimento injustificado da transação	28
11. Recurso	28
12. A questão da mitigação do princípio da obrigatoriedade	28
Tópico 3 - Suspensão condicional do processo	28
1. Outras denominações	28
2. Conceito	28
3. Pressupostos (requisitos) legais cumulativos	28
3.1 Patamar da pena	28
3.2 Acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime	29
3.3 Presença dos demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do CP):	30
3.4 Descumprimento do acordo de não persecução penal	30
4. Procedimento da suspensão condicional do processo	30
4.1 Iniciativa da proposta	30
4.2 Oferecimento e a aceitação da proposta	31
4.3 Prazo de suspensão	32
4.4 Condições para o benefício	32

4.5 Causas de revogação obrigatória	32
4.6 Causas de revogação facultativa	33
4.7 Consequência jurídica do cumprimento das condições	33
4.8 Prescrição	33
4.9 Recusa da proposta	33
4.10 Recurso cabível contra a decisão homologatória da suspensão	33
5. Suspensão condicional do processo nos crimes ambientais	34
6. Natureza jurídica	34
Seção IV - Do Procedimento Sumaríssimo	34
Subseção I - Disposições preliminares	34
1. Justiça comum	34
2. Dispensa de exame de corpo de delito	34
3. Complexidade do fato	34
Subseção II - Chamamento do acusado e defesa preliminar	35
Subseção III - Da Audiência de Instrução e Julgamento.....	35
1. Nova possibilidade de acordo	35
2. Condução coercitiva.....	35
3. Sistemática da audiência.....	36
Subseção IV - Sistema Recursal do JECrim	36
Tópico 1 - Disposições preliminares.....	36
1. Competência recursal	36
2. Conflito de competência entre JECrim e juízo comum	36
Tópico 2 - Recursos previstos na Lei 9.099/1995.....	37
Item 1 - Apelação	37
1. Hipóteses de cabimento	37
2. Prazo e forma.....	37
3. Exercício de contraditório e ampla defesa.....	37
4. Transcrição de gravação	37
5. Intimação das partes.....	37
6. Súmula de julgamento	38
Item 2 - Embargos de declaração	38
1. Disciplina legal	38
2. Erros materiais.....	38
Tópico 3 - [In]admissibilidade de outros recursos.....	38
Item 1 - Recurso em Sentido Estrito	38
Item 2 - Recurso Extraordinário.....	39
Item 3 - Recurso Especial.....	39
Tópico 4 - Ações autônomas de impugnação	39
Item 1 - Hábeas-cópus	39
1. Fundamento constitucional	39
2. Competência.....	39
Item 2 - Mandado de segurança	39
1. Fundamento constitucional	39
2. Competência.....	40
Item 3 - Revisão criminal	40
Seção IV - Da Execução	40

Seção VI - Das Despesas Processuais	40
Seção VII - Disposições finais	40
Subseção I - Ação penal.....	40
1. Alteração da natureza da ação penal.....	40
2. A questão da natureza da ação penal na contravenção de vias de fato	41
Subseção II - Aplicação subsidiária do CP e CPP	41
Capítulo IV - Disposições Finais Comuns.....	41
Capítulo V - Enunciados do Fonaje	42
Seção I - Disposições gerais.....	42
1. Criação e finalidade	42
2. Objetivos.....	42
Seção II - Enunciados criminais	42
Obras consultadas e/ou citadas	45